

ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: APONTAMENTOS SOBRE MOBILIDADE ESCOLAR NO AGLOMERADO URBANO DE MARINGÁ-PR

Valkiria Trindade de Almeida Santos

Doutora em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá. Integrante do Núcleo de Estudos de Mobilidade e Mobilização e docente da rede estadual do Paraná – SEED-PR
valkiriageografia@gmail.com

RESUMO: Este estudo considera que o poder local é fortalecido pela dinâmica migratória e pelas Políticas Públicas Educacionais por parte do Governo Federal. Apresenta por objetivo investigar a relação dos municípios intermediários e periféricos com a cidade de Maringá, de porte médio, que possui uma centralidade associada a sua função educacional. Para tanto, aplicou-se 249 questionários com estudantes migrantes, coletou-se entrevistas com agentes da educação pública dos municípios do Arranjo Populacional de Maringá e com a população local, analisou-se as políticas educacionais e a sua relação com as instituições de ensino superior. Desse modo, observa-se que as políticas públicas educacionais contribuem para a transformação da vida dos indivíduos. O que permite concluir que a mobilidade escolar implica no processo de produção do espaço urbano maringaense, pois ela é resultado, das relações sociais, econômicas e políticas que norteiam o Aglomerado Urbano de Maringá.

Palavras-chave: Aglomerado Urbano de Maringá, Políticas Públicas Educacionais, Instituições de Ensino Superior.

STATE AND PUBLIC EDUCATIONAL POLICIES: NOTES ON SCHOOL MOBILITY IN THE URBAN MARINGA-PR GROUP

ABSTRACT: This study considers that the local power is strengthened by the migratory dynamics and the Educational Public Policies by the Federal Government. Its objective is to investigate the relationship between the intermediate and peripheral municipalities and the medium-sized city of Maringá, which has a centrality associated with its educational function. To this end, 249 questionnaires were applied to migrant students, interviews were conducted with

public education agents from the municipalities of the Maringá Population Arrangement and with the local population, educational policies and their relationship with higher education institutions were analyzed. Thus, it is observed that educational public policies contribute to the transformation of individuals' lives. This allows us to conclude that school mobility implies the process of producing the Maringá urban space, as it is a result of the social, economic and political relations that guide the Maringá Urban Agglomerate.

Keywords: Maringá Urban Agglomerate, Educational Public Policies, Higher Education Institutions.

1 INTRODUÇÃO

Ao estudar as políticas públicas educacionais, é necessário pontuar algumas de maior expressão, que mais suscitaram o acesso ao ensino superior. Dentre as mais importantes e que serão brevemente mencionadas a seguir, são: o Fundo de Financiamento Estudantil- Fies, o Programa Universidade para Todos- Prouni, o Sistema de Seleção Unificada- Sisu.

As formas, as instalações e os materiais que as IES oferecem à população do Arranjo Populacional de Maringá constituem os pontos que articulam o local com a escala de âmbito mundial, por meio do uso, do consumo, enfim, dos processos de apropriação desses espaços.

As IES de Maringá constituem-se como lugares de atração populacional para o Arranjo Populacional de Maringá. Elas, no entanto, são construções sociais e, por meio delas, se abre a perspectiva de se pensar a Mobilidade Escolar como fenômeno importante para o viver e o habitar, além de produzir o espaço urbano de Maringá.

A Mobilidade Escolar é marcada pelo detrimento educacional, especialmente do ensino superior. Os incentivos são percebidos como estímulos a Mobilidade Escolar, e estão concomitantemente articulados com a realidade brasileira.

Ao se utilizar dos dados e informações dos portais educacionais, de questionários e de entrevistas, este texto discute inicialmente as políticas públicas educacionais brasileiras de acesso ao ensino superior, na sequência as instituições de ensino superior (IES) de Maringá como lugares de vivência, de relações sociais e contradições e finaliza apresentando o perfil dos estudantes em mobilidade escolar que se utilizam de políticas educacionais brasileiras de acesso

ao Ensino Superior no contexto do arranjo populacional que acarretam o Aglomerado Urbano de Maringá.

Destaca-se que a pesquisa foi organizada utilizando-se questões qualitativas (com o objetivo de compreender o contexto individual que impulsiona a Mobilidade Escolar, que partem das especificidades individuais tais como projeto de vida, dificuldades e resiliência) – que serão analisados e utilizados para a conclusão final do trabalho. Para nos auxiliar na organização dos dados, utilizou-se o Programa Sphinx Plus² Léxica, *software* adquirido e amplamente utilizado pelo Núcleo de Estudos de Mobilidade e Mobilização – NEMO da Universidade Estadual de Maringá. O Sphinx possui uma forma rápida e eficaz na elaboração de tabelas e gráficos. Consiste em uma ferramenta direcionada para a pesquisa quantitativa em todas as suas etapas: concepção, elaboração de questionário, contabilização de respostas, apuração e análise estatísticas em diversas formas (tabulação simples e cruzada, análise uni e bivariada de dados). Além disso, o *software* apresenta recursos básicos importantes para fazer análise de texto, além de contribuir para a produção de resultados e formatação do relatório de pesquisa.

Por meio desses procedimentos, aplicou-se 249 questionários com estudantes migrantes. Estima-se que, de acordo com IBGE (2015), nos últimos anos aproximadamente 7.530 estudantes do Arranjo Populacional se direcionaram a Maringá em busca de estudo. Desse universo, portanto, a amostra aplicada nesta pesquisa contempla em torno de 3% do fluxo total.

Além dessa compilação de dados, importa ressaltar também as entrevistas realizadas com agentes da educação pública dos municípios do Arranjo Populacional de Maringá em questão e com a população local visando o lado positivo e negativo desse fluxo pendular na vida desses jovens adultos. Pautando-se na ideia de que a Mobilidade Escolar é fruto também das relações sociais, o campo proporciona um contraponto ou articulação com o perfil dos estudantes investigados por meio dos questionários, dialogando com os dados e também com a população local.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS BRASILEIRAS DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

Ao tecer brevemente algumas concepções acerca das políticas públicas e políticas sociais, somos levados a refletir certas peculiaridades do papel do Estado na sociedade contemporânea. Embora o país ainda careça de inclusão, houve na última década a implementação de determinadas políticas socioeducacionais, sendo isto essencial para que o Brasil avance relativamente nessa questão, que é imprescindível para o desenvolvimento socioespacial.

Desse modo, a criação de instituições de ensino, tais como os Institutos Federais, Universidades Tecnológicas, dentre outras Universidades Federais foram mecanismos cruciais para promover a interiorização das instituições técnicas e superiores, que ofertam ensino de qualidade à população.

Mesmo com a expansão de Instituições, é possível observar na Figura 1 que ainda estamos longe da meta. Segundo dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em 2012 o Brasil contemplou 29,4% de taxa bruta de matrícula no ensino superior, bem abaixo da média da OCDE.

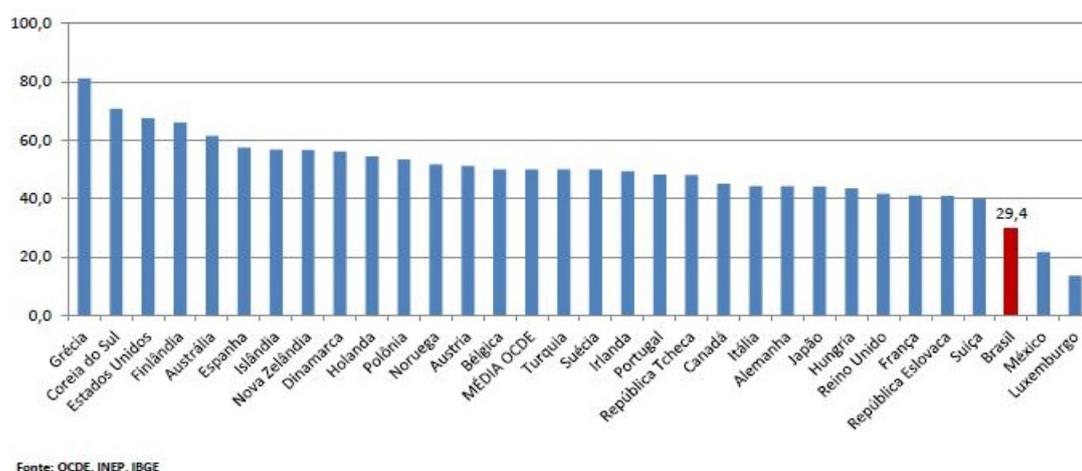


Figura 1: Taxa bruta de matrículas no ensino superior em países da OCDE e Brasil.
Fonte: OCDE; INEP; IBGE, 2012.

Dessa forma, ainda é preciso percorrer, reconhecendo que os indicadores são apenas um passo inicial no sentido de buscar por políticas públicas educacionais que contemplem o acesso ao ensino superior.

Devemos considerar o percentual da população absoluta, bem como a área territorial dos países citados porque possuem uma razoável diferença, então, ao analisar as políticas educacionais, devemos resguardar e interpretar as devidas proporções. Na Figura 2, segundo dados do PNE, é possível verificar duas questões: uma, é dos jovens de 18 a 24 anos que deveriam estar cursando o ensino superior, que avançou de 2012 de 29,4% para 34,2% em 2014, mas ainda não é o suficiente, sendo que devemos atingir 50% em 2024 (taxa bruta de matrículas); a outra é o número de matrículas no ensino superior, que em 2014 estava em 17,7% sendo que a meta para 2024 é de 33% (taxa líquida de matrículas).

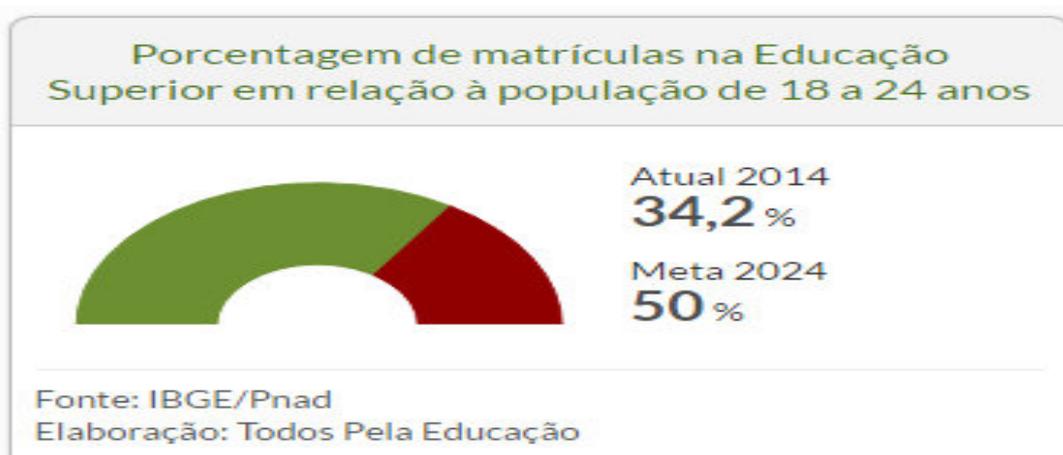


Figura 2: Matrículas na educação superior em relação à faixa etária
Fonte: Todos pela Educação, 2014. Adaptado de IBGE/Pnad.

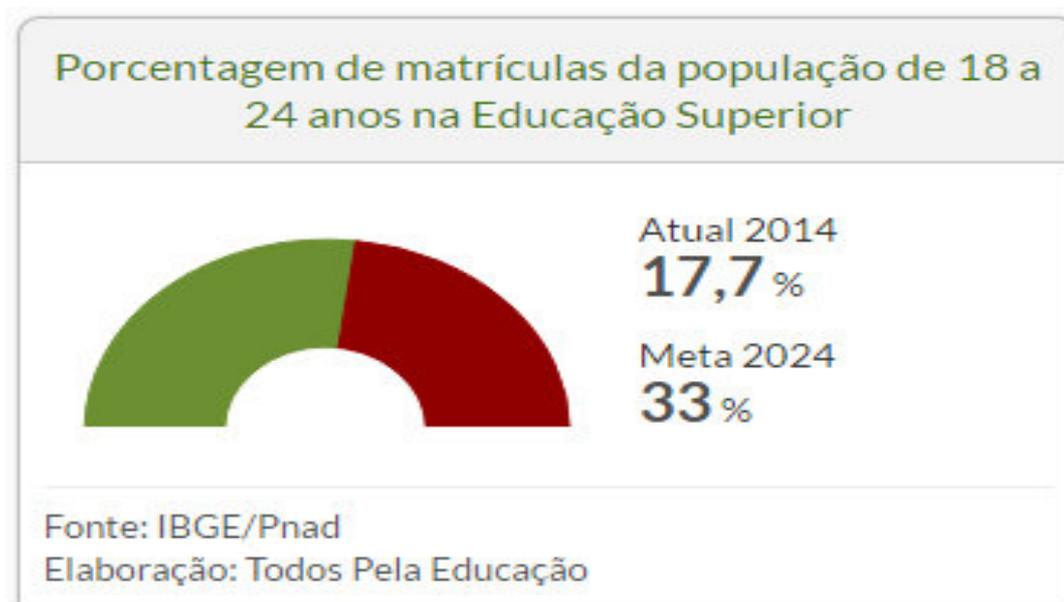


Figura 3: Comparativo de matrículas por faixa etária na educação superior
Fonte: Todos pela Educação, 2014. Adaptado de IBGE/Pnad.

Pelos exemplos demonstrados, dos indicadores que tratam da educação básica, do ensino médio, e do acesso ao ensino superior, fica evidente que será necessária uma ação maior de políticas públicas educacionais que promovam um diálogo amplo no intuito de buscar soluções para a conclusão da educação básica, e, principalmente, o acesso e permanência no ensino superior. Para tanto, o Governo Federal criou certas políticas públicas educacionais que apesar de algumas contradições, em sua maioria privilegiando o setor privado em detrimento do público, é uma tentativa, um início.

A maior problemática é disponibilizar vagas no ensino superior na rede pública, destaca-se essa situação na figura a seguir¹:

¹ Os gráficos foram retirados do Observatório do PNE, por isso, a que se considerar quando aparece a mensagem ATUAL, pois considera o período do início do plano em 2014 e o período de aferição e atingimento da meta que será em 2024.

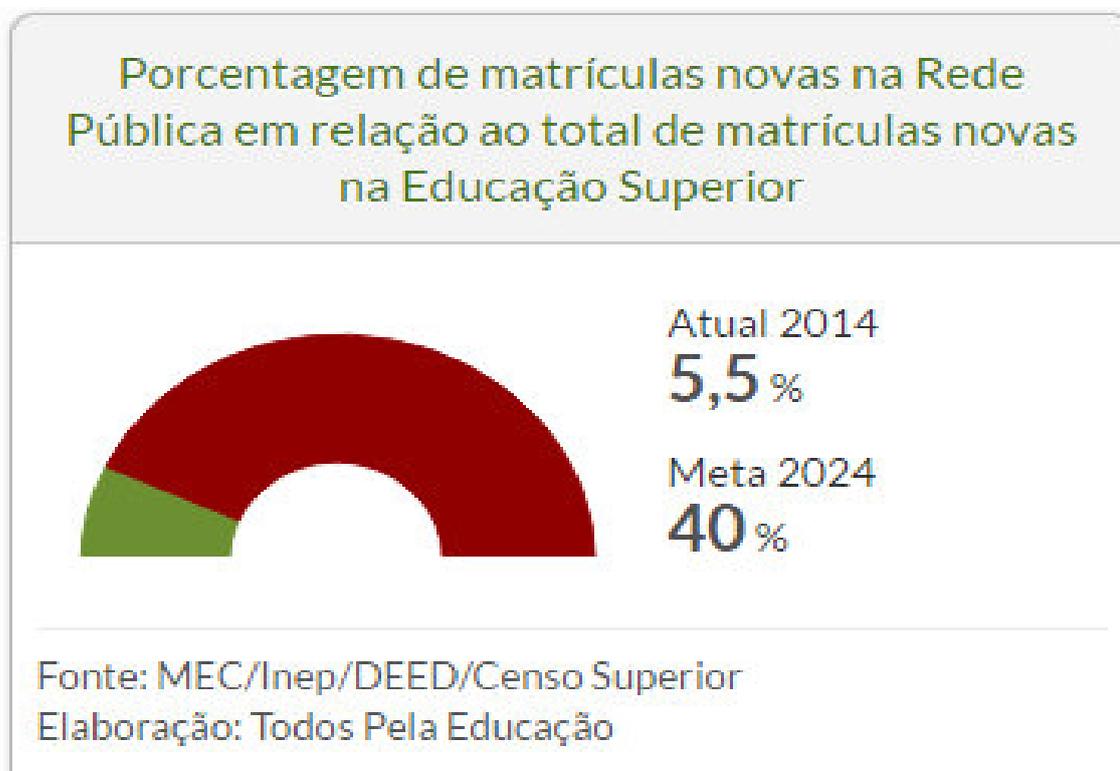


Figura 4: Porcentagem de matrículas novas na rede pública em relação ao total de matrículas novas na educação superior.

Fonte: Todos pela Educação, 2014. Adaptado de MEC; Inep; Deed; Censo Superior.

Segundo o Mapa do Ensino Superior no Brasil, edição 2016, que é produzido pela Semesp (Sindicato das Mantenedoras do Ensino Superior), em 2014, no Brasil, havia 1.708 Instituições Mantenedoras de Ensino Superior, sendo 1.506 privadas e 202 públicas (e cada mantenedora pode possuir uma ou mais de uma Instituição de Ensino Superior). Destas 67% são consideradas de pequeno porte (com até 2 mil alunos). Já o número de Instituições de Ensino Superior (IES) mantidas no país esteve em constante ascensão nos últimos 14 anos, com um crescimento total de 101%, sendo 106% nas IES privadas e 69% nas públicas. No entanto, em 2014, o setor da educação de nível superior decresceu cerca de 1% totalizando 2.368 instituições: 2.070 IES privadas e 298 públicas.

A Figura 5 ilustra a evolução do número de instituições de ensino superior da rede pública e da rede privada no Brasil. Percebe-se que as instituições particulares superam as da rede pública do país.

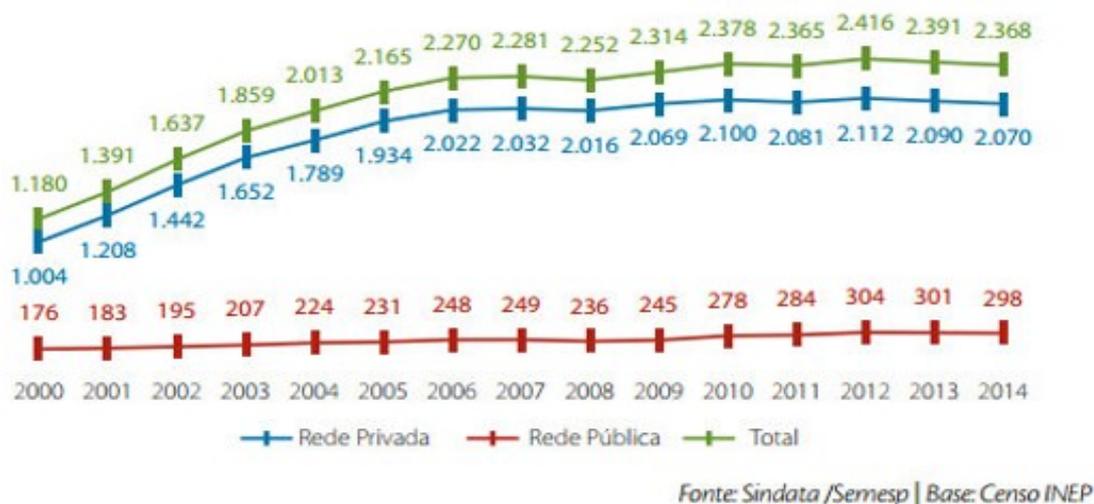


Figura 5 – Instituições de Ensino Superior no Brasil
Fonte: Sindata; Semesp; Censo Inep, 2016.

Ainda segundo dados do Mapa do Ensino Superior no Brasil (2016), vale destacar que, em 2014, havia cerca de 7,8 milhões de alunos matriculados no Ensino Superior Brasileiro. Destes, 6,5 milhões em cursos presenciais (83%) e 1,3 milhão em cursos EAD (17%), sendo que 75% das matrículas estão concentradas na rede privada (5,9 milhões). De acordo com estudos realizados pelo Semesp (2016), a estimativa foi de uma redução de aproximadamente 3,6% no total de matrículas em cursos na rede privada em 2015. Isso pode ser explicado pela diminuição do número de contratos do Fies, programa oferecido pelo governo federal e pela crise político-econômica dos últimos anos. Em 2016, o número total de matrículas no ensino superior deve se manter estável em relação a 2015. Apenas nos cursos presenciais, em 2014, havia no país 4,7 milhões de alunos matriculados na rede privada (72%) e 1,8 milhão na pública (28%), totalizando 6,5 milhões de matrículas. No ano anterior, esse total era de 6,2 milhões de matrículas, das quais

pouco menos de 1,8 milhão na rede pública e 4,4 milhões na privada. Esses dados representam um crescimento total de cerca de 5,3% entre 2013 e 2014, sendo 2,5% na rede pública e 6,5%, na rede privada. No entanto, conforme projeções desenvolvidas pelo Semesp (2016), estima-se que a redução continuará no total de matrículas em cursos presenciais na rede privada nos próximos anos.

Destaca-se ainda, por essa publicação, do Mapa do Ensino Superior no Brasil (2016), a questão da Educação a Distância entre as duas redes. Nas matrículas nos cursos a distância, de 2009 a 2014, houve um crescimento de 60% - sendo um aumento de 80% na rede privada e uma queda de 19% na pública. Segundo projeções do Semesp (2016), há uma tendência de crescimento em torno de 13,1% para cursos EAD na rede privada, em 2015. Para 2016, o número total de matrículas nos cursos EAD deve compreender um aumento de 9%. Já o número de ingressantes (que iniciam o 1º ano) em cursos presenciais no Brasil sofreu um aumento de 6,8%, (2,2 milhões em 2013 para 2,4 milhões em 2014).

Devemos destacar ainda, o expressivo número de matrículas da rede privada em detrimento da rede pública. Segundo o Semesp (2016), O número de matrículas em cursos presenciais nas IES públicas e privadas no Brasil aumentou de forma expressiva nas últimas três décadas. De 2000 a 2014 chegou a crescer 141%. Em 2014 havia cerca de 4,7 milhões de alunos em instituições privadas (72%) e 1,8 milhão de alunos matriculados nas IES da rede pública (28%), totalizando 6,5 milhões de matrículas. No ano anterior, esse total era de 6,2 milhões de matrículas, das quais 1,8 milhão na rede pública e 4,4 milhões em IES privadas. Esses números representam um crescimento total de 5,3% entre 2013 e 2014, sendo 2,5% na rede de ensino pública e 6,5% na privada.

A Figura 6 apresenta a evolução das matrículas no intervalo entre os anos de 2000 e 2014, bem como uma comparação entre as matrículas da rede pública e da rede privada no ensino superior, sempre numa razão proporcional que concebe 70% para a rede privada e 30% para a rede pública. Essa figura denota certa importância no que tange as políticas públicas e como essas se conformam para o direcionamento das verbas educacionais para o setor privado em detrimento do público.

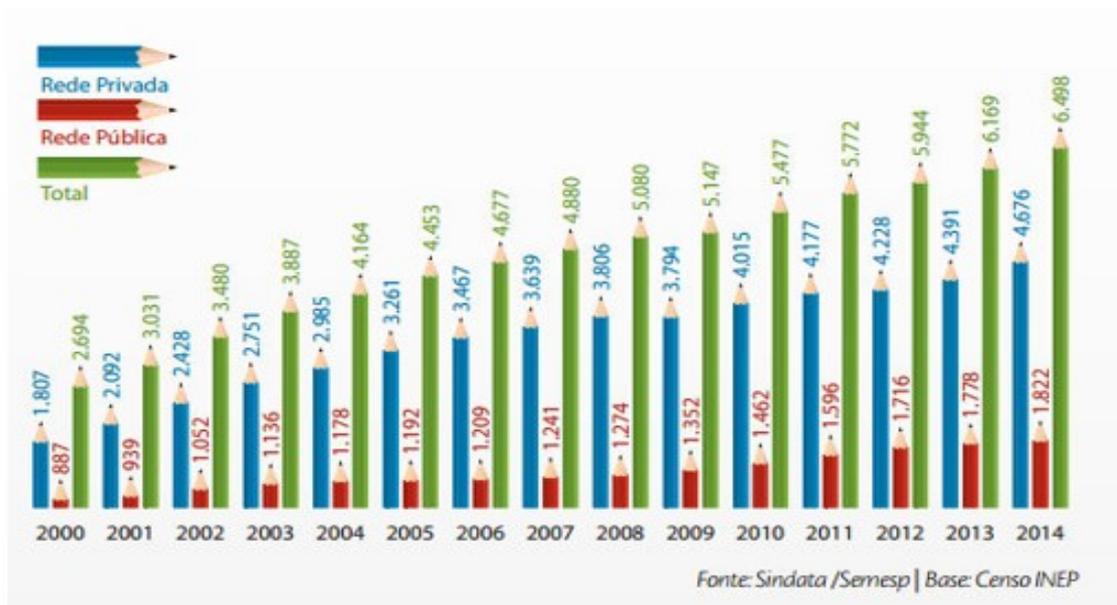


Figura 6 – Matrícula em cursos presenciais no Brasil (em milhares)
Fonte: Sindata; Semesp; Censo IBGE, 2016.

Fica evidente como a equação se inverte entre as redes: na Educação Básica, a maioria das matrículas está na rede pública, já no ensino superior, a maioria das matrículas se encontra na rede privada. É na escolha e organização das nossas políticas públicas que um setor fica em detrimento do outro, sendo que o mais justo deveria ser o contrário, ou seja, as políticas públicas deveriam privilegiar e contemplar a inclusão no ensino público. Os reflexos dessa contradição são apresentados na Figura 7, cuja procedência do aluno no ensino superior privado é oriunda, majoritariamente, do ensino médio público.

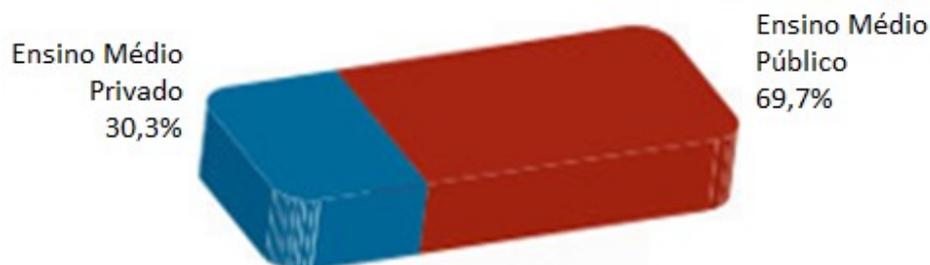


Figura 7: Procedência do aluno no ensino superior privado no Brasil, 2013.
Fonte: Sindata; Semesp, Censo Inep, 2016.

Segundo dados do Semesp (2016), a procedência de alunos matriculados no ensino superior privado continua predominantemente de alunos do ensino médio público. Em 2013, 69,7% dos alunos ingressantes no ensino superior privado eram egressos do ensino médio público e apenas 30,3% do ensino médio privado. Destacamos na fala de Neves, Raizer e Fachinetti (2007):

A análise dos dados revela o cenário atual: a ampliação do acesso, bem como a implantação de políticas de inclusão resultaram numa expansão especialmente pelo sistema privado. Isto ensejou uma situação controversa, uma vez que além do ensino ser pago, favorecendo uma inclusão instável, a formação oferecida pelo sistema privado é muito questionada por sua baixa qualidade (NEVES; RAIZER; FACHINETTO, 2007, p. 125).

Apesar dessa questão entre a relação dos investimentos públicos no setor privado, as políticas educacionais criadas pelo Governo Federal, especialmente da década de 1990 em diante, são vistas como positivas enquanto instrumentos para potencializar a plena cidadania, segundo Fenner, Paz e Camera (2014):

As políticas públicas de acesso ao ensino superior têm se mostrado relevante meio para efetivar a transformação do status quo do cidadão brasileiro. Através de expressivo aumento no número de indivíduos que acessam ao ensino superior por meio de mecanismos propulsores de maior igualdade social, torna-se efetiva a ideia de transformação do status quo do cidadão brasileiro em conformidade com os preceitos do Estado Democrático de Direito. (FENNER; PAZ; CAMERA; 2014, p. 4).

Ao evidenciar a fala de Fenner, Paz e Camera (2014), reconhecemos a importância das políticas públicas educacionais para a transformação da vida dos indivíduos, especialmente no que tange a Mobilidade Escolar. Isso não nos isenta, porém, de indicar a necessidade de uma discussão entre o investimento do dinheiro público no setor privado. Uma das políticas públicas

que mais promoveram o acesso ao ensino superior é o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)².

De 2010 a 2014, o número de contratos firmados pelo Fies cresceu aproximadamente 862%. Em 2010 foram 76 mil contratos e em 2014 esse número passou para 732 mil., no entanto, com os trâmites do programa no final de 2014 no que resultou nas restrições impostas a partir de 2015, estima-se uma queda de 60% entre os anos de 2014/15. Os 732 mil contratos obtidos em 2014 reduziram-se para 287 mil em 2015, de acordo com o SisFies (2016). Em 2016, o número de contratos firmados ficaram próximos a 222 mil. A Figura 8 a seguir demonstra a evolução desse processo:

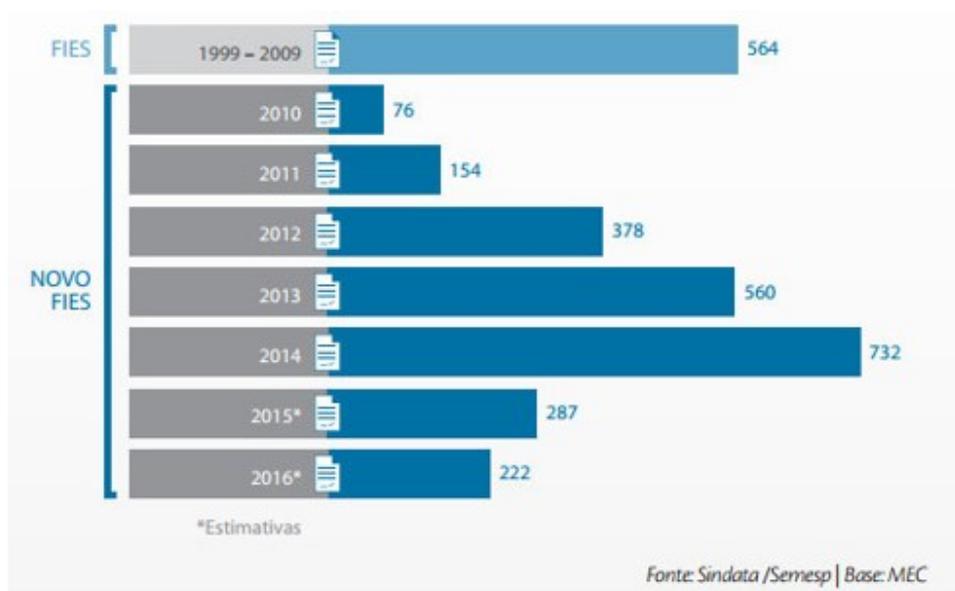


Figura 8: Contratos firmados pelo Fies (milhares).
Fonte: Sindata; Semesp; MEC, 2016.

Observando a Figura 7, parece que o Fies é uma política pública adequada, que promove de fato a acessibilidade da população das camadas inferiores ao ensino superior. No entanto, ao analisar políticas públicas educacionais anteriores, as quais se transmutaram e adquiriram o

² Segundo o Ministério da Educação, consiste em um programa destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em cursos superiores privados na forma da Lei 10.260/2001.

formato que o Fies possui atualmente, é preciso nos colocar em alerta sobre a via de recurso financeiro que o mesmo se tornou para as instituições privadas e uma possível marginalização em relação a educação superior pública.

Pinto (2016), revela que os contratos decuplicaram³ no período, atingindo, de 2009 a 2014, um total de 1,9 milhão de financiamentos, e os gastos em relação ao PIB cresceram mais de cinco vezes, atingindo 12 bilhões, em 2014, o correspondente a 0,22% do PIB. Esse valor corresponde a metade de tudo o que foi gasto em manutenção e desenvolvimento do ensino com o ensino superior federal. O total de contratos corresponde a 35% da matrícula da rede privada de ensino superior e a 26% da matrícula total. Fernando Nogueira Costa, que participou do Conselho Diretor da Caixa (2003-2007) e acompanhou toda a crise do Creduc, aponta para os riscos do atual modelo e faz um paralelo com a situação dos EUA, onde a crise em virtude da inadimplência do sistema tem produzido graves efeitos econômicos e sociais. O autor alerta também, que dados do Relatório de Gestão do Fies (MEC, 2015b) indicam que, em 2014, o balanço patrimonial do fundo atingiu ativos de R\$ 33,8 bilhões. Para se ter uma ideia da prioridade que se deu ao programa, em 2013, a sua execução atingiu 340% da previsão orçamentária.

O Programa Universidade para Todos – Prouni⁴, tem como objetivo a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de ensino superior privadas. O Prouni foi criado pelo Governo Federal em 2004 e a sua institucionalização deu-se em 2005 pela Lei Federal 11.096. Tal política pública educacional oferece, em contrapartida, isenção de tributos àquelas instituições que aderem ao programa. Direcionado aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda familiar per capita máxima de três salários mínimos, o Prouni conta com um sistema de seleção informatizado e impessoal, que confere transparência e segurança ao processo. Os candidatos são selecionados pelas notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio – Enem conjugando-se, desse modo, inclusão à qualidade e mérito dos estudantes com melhores desempenhos acadêmicos. O programa possui também ações conjuntas

³ Multiplicaram-se por dez.

⁴ Fonte: Portal ProUni (2016).

de incentivo à permanência dos estudantes nas Instituições, como o Bolsa Permanência e ainda o Fundo de Financiamento Estudantil – Fies, que possibilita ao bolsista parcial financiar parte da mensalidade não coberta pela bolsa do programa.

O Prouni já atendeu, desde sua criação até o processo seletivo do segundo semestre de 2016, mais de 1,9 milhão de estudantes, sendo 70% com bolsas integrais. O Programa Universidade para Todos, somado ao Fies, ao Sistema de Seleção Unificada (Sisu), ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), a Universidade Aberta do Brasil (UAB) e a expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica ampliam significativamente o número de vagas na educação superior, contribuindo para um maior acesso dos jovens à educação superior.

A Figura 9, demonstra a evolução entre o intervalo dos anos de 2006 e 2016, dados referentes ao acesso promovido pelo Prouni:



Figura 9: Número de bolsas ofertadas no Prouni.
Fonte: Sindata/Semesp?Base MEC

Conforme informações do Semesp (2016), em dez anos, o Programa Universidade para Todos (ProUni) teve um crescimento de 137% na oferta total de bolsas. Já em 2016, o programa ofertou 329 mil bolsas (162,5 mil bolsas parciais e 166,5 mil integrais), número pouco menor que

em 2015, quando foram oferecidas 329,1 mil bolsas (124,5 mil parciais e 204,6 mil integrais). Vale destacar ainda que em 2014 foram registradas quase 441 mil matrículas no ProUni. No mesmo período foram inscritos 162 mil ingressantes (que cursam o 1º ano da graduação) e 62 mil alunos concluíram a graduação.

O Prouni utiliza da estratégia das renúncias fiscais, denominadas de gastos tributários. Pinto (2016) explica que:

As renúncias fiscais acontecem quando o Estado abre mão do recolhimento de parte dos tributos a que tem direito com o objetivo, entre outros, de compensar gastos realizados pelos contribuintes com serviços não atendidos pelo governo, ou para compensar ações complementares às funções típicas de Estado desenvolvidas por entidades civis, promover a equalização das rendas ou regiões, ou ainda incentivar determinado setor da economia (p. 144).

No caso do Prouni, as pessoas físicas que possuem filhos na rede privada de ensino têm direito a uma dedução no imposto de renda. Observando num primeiro momento, parece um simples arranjo, mas quando se averigua com maior acuidade, se as famílias não tivessem esse desconto, haveria uma pressão maior para que as redes diminuíssem o valor das mensalidades, então, indiretamente há um repasse de verbas da União para a rede privada. Além disso, Pinto (2016), faz um alerta sobre o tamanho da verba destinada com a renúncia fiscal, que acaba indiretamente, beneficiando o setor privado de ensino.

Com relação às famílias, embora em geral seu valor seja considerado muito baixo ante as mensalidades, e isso é correto, o valor de R\$ 3.375,83 para o ano-calendário de 2014 é superior aos valores estimados para o Fundeb (anos iniciais) para todas as unidades da federação, com exceção de Roraima, cujo valor previsto era de R\$ 3.927,16. Para São Paulo, o Estado mais rico da federação, a previsão do fundo era de R\$ 3.033,89. Em outras palavras, o desconto dado a famílias de classe média em suas anuidades escolares é superior ao que o Estado gasta por aluno no principal instrumento de financiamento da educação básica, que é o Fundeb (PINTO, 2016, p. 144).

Esse alerta demonstra que é mais difícil o cumprimento do que estabelece o inciso I do art. 206 da Constituição Federal (1988): “igualdade de condições para acesso e permanência na escola”. Ou seja, a rede pública está sendo preterida, mesmo que de forma indireta, por investimentos na rede privada de ensino. Vale lembrar ainda:

O ProUni caracteriza-se por uma renúncia fiscal em que a instituição privada de ensino superior deixa de recolher um conjunto de tributos e, em troca oferece bolsas integrais, ou parciais, a estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede privada, desde que bolsistas integrais, com renda per capita familiar de até um salário mínimo e meio para bolsas integrais e de até três salários para bolsas parciais. Na verdade, ele se configura como um programa de compra de vagas pelo governo federal na rede privada lucrativa e, nesse sentido, também viola o art. 213 da CF, que só permite a destinação de recursos públicos para instituições privadas não lucrativas. O programa foi criado por meio da Lei nº 11.096/2005 e, sob o discurso da democratização do acesso, visava basicamente atender à demanda do setor privado diante da ociosidade de vagas do setor (PINTO, 2016, p. 145).

Em 2012, o valor médio foi de R\$ 4.170 (TCU, 2013). O fato é que o programa apresentou uma enorme expansão, atingindo um total superior a um milhão de bolsistas. No período de 2010 a 2013, foi oferecida uma média anual de 257 mil bolsas, embora apenas 177 mil tenham sido ocupadas. Pinto (2016) diz que essa diferença entre as bolsas ofertadas e preenchidas gerou vários questionamentos, pois as instituições recebiam a isenção de tributos, independentemente de a vaga ter sido preenchida. Por orientação do Tribunal de Contas da União (TCU), foi aprovada a Lei nº 12.431/2011 “determinando a que a isenção fiscal devida a cada IES seja calculada na proporção da ocupação efetiva das bolsas ofertadas” (TCU, 2013, p. 8). Segundo o próprio TCU, a mudança na lei implicou uma ampliação da receita da ordem de R\$ 303,5 milhões em 2013.

O Sistema de Seleção Unificada (Sisu) é o sistema informatizado gerenciado pelo Ministério da Educação (MEC), no qual instituições públicas de ensino superior oferecem vagas para candidatos participantes do Enem. O processo seletivo do Sisu é realizado duas vezes ao ano, sempre no início do semestre letivo. A inscrição é gratuita, em uma única etapa e é feita na

internet. A cada edição, as instituições públicas de ensino superior que optam por participar do Sisu ofertam vagas em seus cursos. Ao final do período de inscrições, são selecionados os candidatos mais bem classificados dentro do número de vagas ofertadas. Para participar do Sisu é necessário fazer o Enem⁵, que segundo consta no site do MEC, o Enem é hoje reconhecido como um procedimento de seleção nacional, republicano e equânime. Em 2014⁶, 6,2 milhões de estudantes fizeram o Enem, taxa 23% maior que do ano anterior.

As políticas públicas educacionais que tratamos Fies, Prouni e Sisu possuem em sua essência a tentativa de estabelecer condições de acesso e permanência no ensino superior. Como já vimos, no caso do Fies, é fato que os alunos que possuem um compromisso financeiro atrelado a sua responsabilidade acadêmica terão um índice de evasão bem menor comparado àqueles que não possuem.

Entretanto, a pendularidade se dá não somente ao trabalho, mas também às escolas e às instituições de ensino superior. Pensar na Mobilidade Escolar é desenvolver um olhar crítico sobre as políticas públicas que têm direcionado a educação brasileira, pois estas são estímulos para o crescimento e desenvolvimento econômico que o país almeja.

A seguir iremos tratar sobre as Instituições de Ensino Superior de Maringá e o seu papel enquanto lugares de vivência, de relações sociais e de contradições.

3 AS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES) DE MARINGÁ: LUGARES DE VIVÊNCIA, DE RELAÇÕES SOCIAIS E CONTRADIÇÕES

Este trabalho concebe a Mobilidade Escolar como fruto de relações sociais. Tais relações são produzidas no espaço geográfico, o qual denota importância a uma dada população. Nesse sentido, parte-se do princípio de que as Instituições de Ensino Superior de Maringá, especialmente as citadas nessa pesquisa, são lugares onde há toda uma série de questões por de

⁵ Optamos por não utilizar as pesquisas sobre o Enem, considerando que é uma política pública de avaliação do ensino médio e nosso objeto de pesquisa está atrelado ao ensino superior.

⁶ A edição 2017 do Exame Nacional do Ensino Médio ([Enem](https://g1.globo.com/educacao/enem/2017/noticia/enem-2017-teve-pelo-menos-61-milhoes-de-inscricoes-confirmadas.ghtml)) teve o menor número de inscrições confirmadas desde 2013. Neste ano, o governo diz que ao menos 6,1 milhões de candidatos estavam aptos a realizarem as provas. (Fonte: <https://g1.globo.com/educacao/enem/2017/noticia/enem-2017-teve-pelo-menos-61-milhoes-de-inscricoes-confirmadas.ghtml>)

trás, dentre as políticas, estão também a vivência e as relações sociais por parte dos estudantes e dos trabalhadores das Instituições.

A formação escolar superior, de acordo com Morin (2000), possibilita a construção de uma consciência planetária. É nesse sentido que as IES da cidade de Maringá, que são resultados de construções e de relações socioespaciais, adentram no imaginário dos jovens e adultos do aglomerado, possibilitando a articulação do local- municípios de origem a uma escala de âmbito regional e até mesmo global.

As IES e a Mobilidade Escolar apontam os desequilíbrios dos locais de origens dos estudantes, as situações de conflito bem como as concepções da sociedade que, no olhar de Carlos (2007), se voltam cada vez mais para o mundial por meio da informação e das técnicas. As Instituições ressaltadas nesse trabalho, portanto, determinam a Mobilidade Escolar, os ritmos de vida dos estudantes (trabalho –casa, casa- universidade).

A Mobilidade Escolar, sendo produto das relações sociais, se realiza no âmbito do vivido e gera a construção de redes de significados e identidades. Isso pelo fato de os municípios do Arranjo Populacional de Maringá construírem um fluxo de migração para o estudo na cidade polo nas últimas décadas. Essas redes e significados, Carlos (2007) aponta que são concomitantes à produção da vida. Conforme a referida autora: “No lugar emerge a vida, pois é aí que se dá a unidade da vida social. Cada sujeito se situa num espaço concreto e real onde se reconhece ou se perde, usufrui e modifica, posto que o lugar tem usos e sentidos em si” (CARLOS, 2007 p.22).

Carlos (2007) salienta que o lugar compreende: “as dimensões e movimentos da vida”. As IES constituem essas dimensões e, juntamente com a Mobilidade Escolar, compreendem movimentos da vida dos estudantes e trabalhadores e da população local. Isso pelo fato de as IES e a Mobilidade Escolar contribuírem para a produção do espaço urbano, como foi ressaltado no item anterior, e a produção de relações socioespaciais. Os shoppings centers, o comércio da cidade em geral, dentre outros acabam lucrando com a Mobilidade Escolar, movimentando a vida e as relações na cidade de Maringá.

Nesse sentido, cabe lembrar do sociólogo Octávio Ianni (1997), profundo conhecedor do processo de globalização e seus reflexos na sociedade, o qual afirma que o atual período da globalização tende a desterritorializar as coisas, as ideias, as populações e tudo tende a se

desenraizar, como as mercadorias, a moeda e o capital. O autor reforça que esse processo de desterritorialização se constitui no essencial da sociedade global. Assim sendo, o processo que desencadeia a Mobilidade Escolar caracteriza exemplos da sociedade global, que tem na desterritorialização sua característica crucial.

As IES constituem os fixos e a Mobilidade Escolar forma os fluxos que dinamizam a atual configuração socioespacial do Arranjo Populacional de Maringá. Se o município de Maringá até pouco tempo atrás era conhecido pelo fluxo de trabalhadores e pelo lazer e consumo, assuntos bastante explorados em Ghizzo (2012), atualmente, por meio das IES, os fluxos do aglomerado têm se direcionado também no âmbito escolar superior. Isso denota novas configurações e espacialidades, que são intensificadas e materializadas pelas instituições de ensino e pela Mobilidade Escolar.

Tratando-se das IES e da Mobilidade Escolar do Arranjo Populacional de Maringá, necessita-se também ressaltar os cursos ofertados por essas instituições, uma vez que são graduações diferenciadas, contemplando bacharelados, licenciaturas, além de cursos técnicos, sendo todos elementos importantes para o estudo do objeto dessa pesquisa, pois os cursos de graduação e os técnicos são fatores atrativos também da Mobilidade Escolar.

A Figura 10 a seguir apresenta os cursos que os estudantes entrevistados nessa pesquisa realizam⁷, sendo possível perceber a diversidade. Embora 25 estudantes não tenham respondido o seu curso, aproximadamente 15 entrevistados estudam Pedagogia e Ciências Biológicas.

⁷ Destaca-se que houve um questionário semidirecionado, que os acadêmicos preencheram durante o trajeto do seu município para Maringá, em articulação com os motoristas das vans e ônibus que se dispuseram a distribuir o material. Sendo que em alguns casos o preenchimento se deu de forma direta com a pesquisadora e o entrevistado.

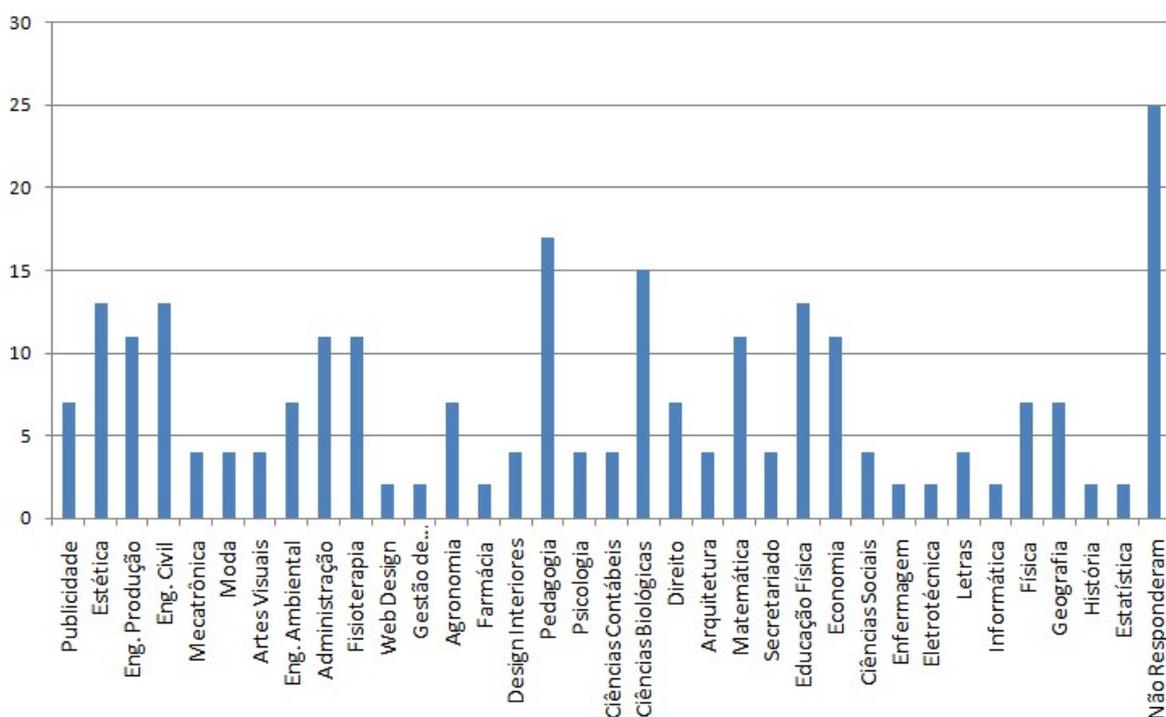


Figura 10 - Cursos em andamento (2014-2015) por parte dos entrevistados
Fonte: Trabalho de campo, 2015.

Cursos como Publicidade, Gestão de Marketing, Mecatrônica, Design de interiores, Eletrônica e outros do ramo tecnológicos são realizados em algumas instituições particulares relevantes de Maringá, como na UniCesumar e na Feitep. Cursos da área da saúde, embora tenham alguns na UEM, instituição pública, encontram-se também em instituições privadas, como na Uningá e na UniCesumar. Esta, é considerada a instituição particular mais dinâmica da cidade de Maringá que, além de cursos presenciais, oferece também cursos EAD (Ensino a Distância).

Tratando-se do estudo da Mobilidade Escolar, é impossível deixar de fora as instituições, pois elas contemplam os lugares de atração da Mobilidade Escolar. Os estudos migratórios englobam os fluxos de saída e chegada e, com isso, percebe-se que as IES são os lugares de chegada daqueles que estão às voltas da Mobilidade Escolar.

Ghizzo (2012) salientou a existência de um possível fluxo de Mobilidade Escolar na cidade de Maringá, e, assim, a produção do espaço urbano maringaense se dinamiza pela mobilidade do consumo, do trabalho, do lazer e pela Mobilidade Escolar, especialmente tratando-

se do Ensino Superior. Esse fato se consolidou, justamente em função das políticas públicas, que têm refletido positivamente no entorno de Maringá, que conta com apenas uma instituição superior pública. Sendo assim, os programas Prouni, Reuni, Fies, os investimentos em transportes e dentre outros possibilitaram a população do arranjo a ingressar no Ensino Superior, além de fortalecer as instituições particulares do município e consolidar Maringá como cidade universitária. Esse dinamismo pode ser percebido no comércio da cidade, que tem aumentado e se diversificado nos últimos anos para conquistar o fluxo de estudantes que migram para a cidade.

A Universidade Estadual de Maringá⁸ (UEM) é a única instituição de nível superior pública de Maringá e foi criada levando-se em consideração a Lei nº 6.034 de 06/11/69, com a junção das faculdades de Ciências Econômicas, de Direito, e Filosofia, Ciências e Letras. A Faculdade de Ciências Econômicas, a mais antiga da Universidade, foi criada em 1959 e sete anos mais tarde, em 1966, originou-se a Faculdade de Direito e a Fundação Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras. No conjunto, essas três faculdades se agregaram e deram origem a Universidade Estadual de Maringá, que oferecia um total de sete cursos: Ciências Econômicas, Direito, História, Geografia, Ciências do 1º Grau, Letras Anglo-Portuguesa e Letras Franco-Portuguesa. A partir de 1970, houve a expansão do campus e dos cursos, sendo inseridos cursos de Matemática, Química e Administração; em 1971: Engenharia Química e Engenharia Civil; em 1972: Estudos Sociais, Educação Física, Pedagogia, Ciências Biológicas, Ciências Contábeis e Física; em 1973: Farmácia-bioquímica; em 1974: Processamento de Dados; em 1975: Zootecnia e em 1977, Agronomia.

Atualmente, a UEM lida com um total de 20 mil estudantes aproximadamente, sendo um pouco mais de 17 mil cursando a graduação e 3.871 cursando pós-graduação. Além da Graduação, a UEM oferece também cursos de Especialização, Mestrado e Doutorado e Pós-Doutorado.

Outra instituição importante de Maringá que se constituiu como atração populacional à Mobilidade Escolar é o Centro de Ensino Superior de Maringá (UniCesumar⁹), fundado nos anos

⁸ As informações sobre a instituição foram baseadas em seu site: www.uem.br.

⁹ Informações coletadas no site da instituição: www.UniCesumar.edu.br.

1990, que possui aproximadamente 90 mil alunos atualmente. Dentre esses, a maioria dos alunos são matriculados no Ensino a Distância (EAD), que ofertam cursos em todos os Estados do Brasil por meio de seus polos. Já no que diz respeito ao ensino presencial, a UniCesumar dispõe de polos nas cidades de Maringá (sede), Londrina, Curitiba e Ponta Grossa. A instituição oferta aproximadamente 48 cursos de graduação, com destaque para o Jornalismo, Medicina e Medicina Veterinária. Para este último, a instituição conta com uma fazenda própria, com animais e elementos importantes para a pesquisa e melhoramento animal.

Em relação ao EAD, a UniCesumar oferta aproximadamente 45 cursos de graduação, sendo 25 tecnólogos, oito bacharelados, seis licenciaturas e seis engenharias. A instituição em questão é a que mais foi contemplada nas últimas décadas pelo Programa Universidade para Todos (Prouni), Fies, Reuni e outros financiamentos internos da própria instituição.

Dos 249 entrevistados, 83 relataram estudar no UniCesumar. Isso concebe 33,4% da amostragem de campo. A UniCesumar, depois da Universidade Estadual de Maringá, é a principal instituição de ensino superior de Maringá, especialmente pela sua diversidade de cursos, que vão da área médica e engenharias à licenciatura, além de ofertarem cursos presenciais e EAD.

A União das Faculdades Metropolitanas de Maringá (Unifamma) originou-se por meio da Portaria Ministerial nº 670, de maio de 2000. Inicialmente, suas atividades eram voltadas ao ensino superior, em cursos de graduação voltados a Administração nas seguintes habilitações: Gestão de Negócios Internacionais, Administração Geral, Gestão de Pequena e Média Empresa, Gestão de Serviços e Agronegócios; Bacharelado em Marketing; Bacharelado em Ciências Contábeis; Bacharelado de Comunicação Social, nas seguintes habilitações: Publicidade e Propaganda e Relações Públicas; Bacharelado de Secretariado Executivo Trilíngue.

Posteriormente, foram autorizados os seguintes cursos de acordo com o ano de publicação da Portaria: (i) 2005 – Bacharelado em Direito com ênfase em Políticas Públicas; (ii) 2008 – Bacharelado em Serviço Social; (iii) 2010 – Bacharelado em Psicologia e Educação Física; (iv) 2013 – Licenciatura em Pedagogia; (v) 2014 – Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo, Jornalismo e Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental; (vi) 2015 – Bacharelado em Sistemas de Informação, Engenharia da Produção e Engenharia de Software; (vii) 2016 –

Bacharelado em Ciências Biológicas, Engenharia Civil, Biomedicina, Farmácia, Odontologia, Fisioterapia.

No ano de 2006, iniciaram atividades de pesquisa que se centraram em duas linhas estabelecidas na Instituição, cadastradas junto à CAPES/CNPQ: Desenvolvimento tecnológico, comunicação social e formação humana, e Gestão social, que compreendem estudos organizacionais, políticas públicas e meio ambiente. Tanto as atividades de ensino, quanto as de pesquisas inserem a instituição no âmbito socioambiental, artístico, técnico-científico, promovendo o desenvolvimento local do Arranjo Populacional de Maringá. Essa importância pode se identificar nessa pesquisa, pois a instituição em questão também compreende lugar de atração populacional aos estudantes que fazem da Mobilidade Escolar requisitos a melhores oportunidades no mercado de trabalho futuro.

Outra instituição importante é a Faculdade Maringá, originada nos finais dos anos 1990 com os cursos de Administração, Análise de Sistemas e Comércio Exterior e cursos voltados a Comunicação Social, como Jornalismo e Radialismo (Rádio e TV). Posteriormente, foi autorizado o curso de Direito. A Faculdade é uma verticalização do ensino, pois as instalações contemplam desde a educação infantil, perpassando o ensino fundamental e médio. A Educação Básica é realizada no Colégio Paraná, sendo o dono deste o criador da Faculdade Maringá.

Além dos cursos de graduação, vale ressaltar que a Faculdade Maringá também oferece cursos de Pós-Graduação na modalidade de especialização. São aproximadamente 10 cursos de pós-graduação, ressaltados a seguir: (i) Direito Penal e Processo Penal; (ii) Direito Processual Civil; (iii) MBA Executivo; (iv) MBA Executivo e *Marketing* e Gestão de Pessoas; (v) MBA e Gestão Tributária; (vi) Direito Administrativo com ênfase em Contratos e Licitações; (vii) Direito Ambiental com ênfase em Gestão, Perícia e Auditoria; (viii) Capacitação Socorrista; (ix) Comunicação Empresarial e *Marketing*; (x) Direito do Trabalho e Processual do Trabalho.

Presente no Estado do Paraná desde os anos 1950, a PUCPR se instalou em Maringá no ano de 2004 e conta, atualmente, com quatro principais cursos: Administração, Direito, Filosofia e Psicologia. Além desses, cabe ressaltar que a instituição tem diversos cursos que podem ser realizados por meio da modalidade à distância (EAD), sendo a sede da Universidade na cidade de Curitiba.

Percebe-se que as instituições de Maringá oferecem também ensino de Pós-graduação. Tanto a UEM, como as IES privadas ressaltadas neste subitem oferecem cursos de pós-graduação. No entanto, cursos de Mestrado e Doutorado apenas a UEM que oferece. A Faculdade Maringá e a Unifamma se localizam na região central da cidade, assim como a Universidade Estadual de Maringá e a Pontifícia Universidade Católica (PUCPR).

A relevância das IES de Maringá já estava destacada na atualização do Plano diretor de Maringá de 1991. De acordo com o documento:

Levantamentos efetuados nesse campo estimam, para cada estudante de fora, gastos mensais realizados em Maringá em torno de R\$ 800,00. Supondo-se que a população desses estudantes venha atingir um total de 10.000 alunos – o que não constitui estimativa despropositada – pode-se projetar um acréscimo de 8 milhões de Reais mensalmente para a economia da cidade. Afora isso, há que se considerar ainda o aumento no mercado de trabalho para professores, funcionários administrativos e demais categorias de trabalhadores, provocado pela proliferação de estabelecimentos de ensino superior e pela ampliação de cursos de graduação e pós-graduação, o que também traria maior dinamização das atividades de comércio e prestação de serviços na cidade (MARINGÁ, 2000, p.158).

Esses reflexos foram possíveis de perceber na economia maringaense, especialmente se tratando do mercado de trabalho, sendo a agricultura e a indústria, além do comércio, as áreas que mais empregavam na cidade. Mota (2007) resalta o aumento expressivo do setor de serviços no processo de geração de emprego e renda na cidade, que teve um aumento de 45% entre 1999 e 2005, índice maior do que o registrado por aqueles setores.

As principais mudanças ocorridas, bem explanadas em Mota (2007), consistem na distribuição socioespacial das classes sociais, motivadas ora pela exclusão, ora pela especulação imobiliária. Ambas são impulsionadas pelo capital imobiliário e pelo poder aquisitivo. pois houve a valorização do uso do solo no entorno das instituições, sobretudo com a ampliação da infraestrutura básica, especialmente a viária, e com a lei de uso e ocupação do solo.

Percebe-se, então, que, concomitante ao aumento das IES, ocorreu uma série de alianças e acordos de interesses entre Capital e Estado, ou Capital e agentes do Governo Municipal, concentrando por um lado capitais nas mãos de especuladores imobiliários e excluindo por outro classes sociais que não tiveram condições de pagar pela moradia valorizada no entorno das

instituições. Essa exclusão se reproduz porque determinadas classes sociais compreendem grupos complexos e são definidas pelo seu poder de consumo e pela sua inserção na esfera econômica.

Entretanto, pode-se compreender que além de alianças de interesses entre capital e Estado ou Governo Municipal que consistem no plano político, existe também o viés ideológico por de trás dessas IES, sobretudo das privadas, que geralmente apoiam determinados grupos políticos a fim de conseguir regalias e vantagens para a sua ampliação e expansão no espaço urbano maringaense. Isso denota, conjuntamente, estratégias do capital imobiliário e do poder público local, no sentido de retirarem o maior lucro possível desse fluxo estudantil. As classes sociais desfavorecidas, que não dispõem de poder aquisitivo, tendem a se mudar das áreas valorizadas e próximas das IES.

Nos últimos anos, a Universidade Estadual de Maringá tem vivenciado amplo debate no seu conselho universitário, em função da usurpação de território por parte do poder imobiliário da cidade de Maringá. Existe um projeto de ampliação de avenidas e ruas na cidade que passam por dentro da instituição e isso fere a autonomia universitária. Desde a sua criação, a convivência de reitores com o poder público local deixou de reivindicar os espaços de direito da universidade. Neste caso, a universidade acaba sendo refém e submissa aos interesses de grupos hegemônicos que reproduzem contraditoriamente a cidade.

Essas ações e o aumento das IES, além da ampliação dos cursos, são reflexos do neoliberalismo no Brasil que nos anos 1990, período em que se constituíram os arautos da educação, direcionou-se investimentos públicos em universidades particulares no país. A quase totalidade das IES de Maringá foram criadas nos anos 1990 e na década seguinte. Pode-se dizer que o projeto neoliberal continuou em ação com o Estado nacional investindo maciçamente em instituições particulares.

A justificativa para tais direcionamentos públicos às IES particulares consiste no fato de uma parcela significativa da população brasileira não dispor de escolaridade superior, ademais a dificuldade de ingressar no ensino público gratuito. Por essas e dentre outras questões que Poulantzas (1978) pondera que o papel do Estado também se constitui num campo de lutas dos grupos sociais contra a dominação e exploração. Parte dessas lutas foram as Políticas Públicas,

que possibilitaram o ingresso de determinadas classes sociais no ensino superior. Em outras palavras, são negociações do Estado neoliberal para a resolução de tais conflitos.

Motivados por uma melhor qualificação no mercado de trabalho, uma parcela da população do Arranjo Populacional de Maringá se direciona às instituições maringaenses, contudo, o que está por trás desse fluxo são as relações entre capital e agentes do poder público municipal e a tentativa de resolução de conflitos de estudantes que não dispõem de ensino superior em suas localidades de origem. Desse modo, entende-se que a Mobilidade Escolar é uma mobilidade silenciosa, pois ela denota a contradição socioespacial dos municípios do arranjo que carecem de ensino superior e também evidencia a contradição no espaço urbano maringaense, que é a exclusão de determinadas classes sociais em benefício do capital imobiliário e do poder aquisitivo local. Essa mobilidade, embora silenciosa, pode ser facilmente percebida no espaço urbano maringaense pela quantidade de vans e micro-ônibus no entorno das instituições.

Além da questão que norteia o fluxo de mobilidade, as IES particulares de Maringá sobrevivem também das políticas educacionais de ingresso ao ensino superior, a exemplo do Exame Nacional do Ensino Médio- ENEM. Na entrada na Pontifícia Universidade Católica-PUCPR existe uma placa divulgando o Exame Nacional como requisito para o ingresso aos cursos da instituição. Isso denota a importância das Políticas Públicas Educacionais para as instituições privadas. Um dos motivos de essas instituições terem se expandido nas últimas décadas se deve a transferência de recursos públicos à rede privada de ensino, isso é possível de ser verificado nas IES particulares de Maringá. Na Figura 13 a informação diz: “estude na PUC com a sua nota do Enem”. A publicidade está em um local estratégico, numa avenida bastante movimentada que dá acesso à UEM pelos estudantes que utilizam um dos terminais rodoviários de Maringá.

O poder local de Maringá é fortalecido pela dinâmica migratória e pelas Políticas Públicas Educacionais por parte do Governo Federal, pois estimam, conforme ressalta Cavazotti (2005), que os estudantes de outras localidades injetam na economia maringaense um montante mensal de 10 a 15 milhões de reais. O referido autor pondera ainda que o setor acadêmico movimenta, aproximadamente, 30 milhões mensais na cidade de Maringá e, com isso, consolida grupos de poder atrelados ao setor imobiliário, dos transportes, do comércio e dentre outros, além dos

próprios proprietários dos estabelecimentos educacionais. Assim, é perceptível que desde os anos 1990 as políticas públicas do município estão cada vez mais contemplando esses grupos, sobretudo o imobiliário.

Outras questões pertinentes que podem ser tecidas ao tratar da Mobilidade Escolar e das IES de Maringá respaldam-se no mundo do trabalho e nas suas mudanças na reorganização do sistema produtivo, tendo em vista o seu patamar de acumulação de capital e a retomada dos interesses de dominação global. Esse processo, amplamente debatido por Antunes (2010), intensificou a grande fábrica global, complexificando a classe trabalhadora, na medida em que esta passou, por um lado, a adquirir certa intelectualização e, de outro, a desqualificação. A intelectualização e a desqualificação deu-se em função da reestruturação produtiva do capital que oportunizou instrumentos cada vez mais desenvolvidos e inovadores às grandes firmas. Isso fez com que os trabalhadores procurassem qualificação e intelectualização para a sua inserção no mercado de trabalho. Tal modelo de reestruturação produtiva ficou conhecido como pós-fordismo ou toyotista, uma resposta as crises que surgiram no mundo após os anos 1970, cujo modelo fordista não respondia às novas necessidades econômicas instáveis e flexíveis e não contemplavam as recentes demandas de mercado e da força de trabalho (HARVEY, 1993).

Observa-se que as IES particulares atentam às demandas do mercado de trabalho que necessitam de certa formação instrumental. No entanto, é necessário que a formação disponha de diretrizes mais amplas para que os estudantes desenvolvam perspectivas críticas, compromissados com a transformação social de que o Brasil requer.

Embora seja importante a qualificação profissional, especialmente para os que almejam melhores postos de trabalho, uma questão cabe colocar: será mesmo que a melhor escolarização e qualificação profissional levam a melhores empregos e salários?

Para responder essa questão, pode-se basear em Paul Singer quando o autor afirma que:

A qualificação maior interessa ao trabalhador individual para obter uma vantagem na luta por empregos, mas só traria vantagens aos trabalhadores em conjunto se fosse possível negociar escalas de salário que remunerassem melhor os de maior qualificação, sem reduzir o ganho dos menos qualificados (SINGER, 1999, p.120).

Trazendo a passagem de Singer (1999) para a realidade atual brasileira pós-impeachment, em que houve uma série de desmantelamentos no que tange ao mundo do trabalho com reformas trabalhistas que findaram prejuízos a classe trabalhadora, é compreensível que essas tramas do capital neoliberal não trazem garantias no futuro, até mesmo para aqueles que buscam nível superior e melhor instrumentalização. Somado a isso, a quantidade de IES e Ensino a Distância colocam a sociedade em dúvida da qualidade real desses estabelecimentos. Nesse sentido, um trabalhador qualificado e com nível superior pode ter salários reduzidos em função do grande número de trabalhadores diplomados disponíveis para o mercado de trabalho. Talvez aquele que se dedicou em uma instituição de qualidade pode ter seus ganhos reduzidos devido a quantidade de trabalhadores que se formaram em instituições duvidosas.

Esses e dentre outros fatos nos leva a pensar na Mobilidade Escolar e no quanto essa temática aborda e instiga pesquisadores, pois sua abrangência não diz respeito apenas ao fluxo estudantil, mas também às relações pelas quais ela transita. Tais relações e assuntos tornam a Mobilidade Escolar num tema complexo, cuja análise não se esgota nesta pesquisa, mas cabe, por exemplo, o acompanhamento junto aos entrevistados para descobrir de fato se a Mobilidade Escolar condicionou a relativa mobilidade social almejada e os serviços cobiçados pelos estudantes que fazem desses fluxos a esperança e possibilidades futuras.

4 PERFIL DOS ESTUDANTES EM MOBILIDADE ESCOLAR NO ARRANJO POPULACIONAL DE MARINGÁ

Ao estudar tais políticas públicas, podemos concordar com a ideia de Steinberger (2013) quando a autora reitera que se processam em um certo território. Em nossa pesquisa investigamos a relação dos municípios intermediários e periféricos com a cidade de Maringá, de porte médio, que possui uma centralidade associada a sua função educacional, sendo que aloca onze instituições de ensino superior. Soma-se a isso dezenas de políticas públicas educacionais federais, que na última década possibilitaram a entrada dos jovens no ensino superior, com destaque para o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), Prouni (Programa Universidade Para Todos), Sisu (Sistema de Seleção Unificada) e Fies (Programa de Financiamento Estudantil), os

quais tiveram um expressivo papel na intensificação da Mobilidade Escolar dos municípios intermediários e periféricos.

O Arranjo Populacional de Maringá trata-se de um arranjo espacial composto por nove municípios: Maringá, Sarandi, Paiçandu, Floresta, Itambé, Ourizona, Mandaguaçu, Presidente Castelo Branco e Iguaçu. Essa classificação está fundamentada pelo IBGE (2015), cujo critério é definido em função do grau de integração desses municípios, especialmente no que tange o fluxo de indivíduos para o trabalho e para o estudo. O município de Maringá é considerado polo desse arranjo espacial representado pela Figura 11.

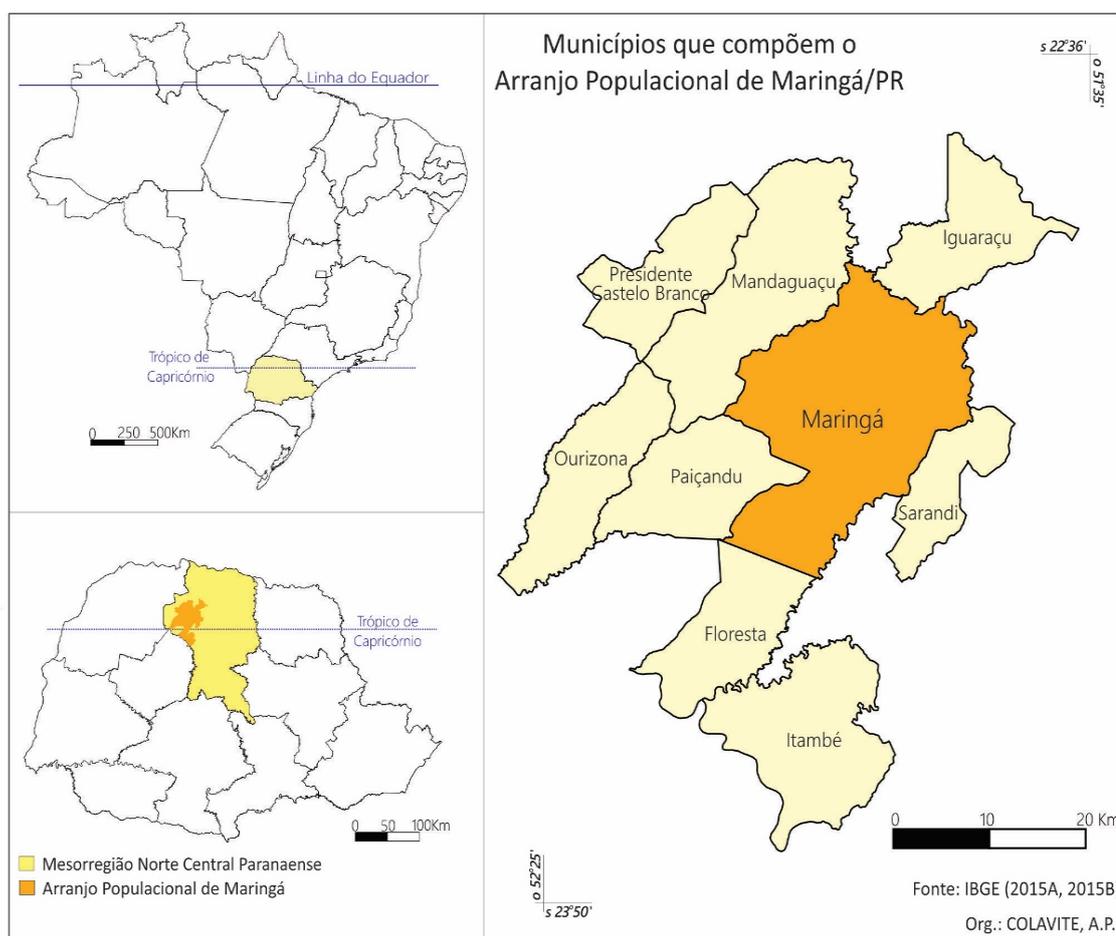


Figura 11: Municípios que compõem o Arranjo Populacional de Maringá-PR.

Excetuando-se o município de Sarandi, que possuía aproximadamente 82.847 habitantes de acordo com censo demográfico de 2010, os demais municípios do arranjo possuem entre 3 mil e 36 mil habitantes, como apresenta a Figura 12. Isso demonstra que a área de estudo dessa pesquisa abrange, quase que exclusivamente, municípios demograficamente pequenos, salvo Maringá e Sarandi, conforme dito anteriormente.

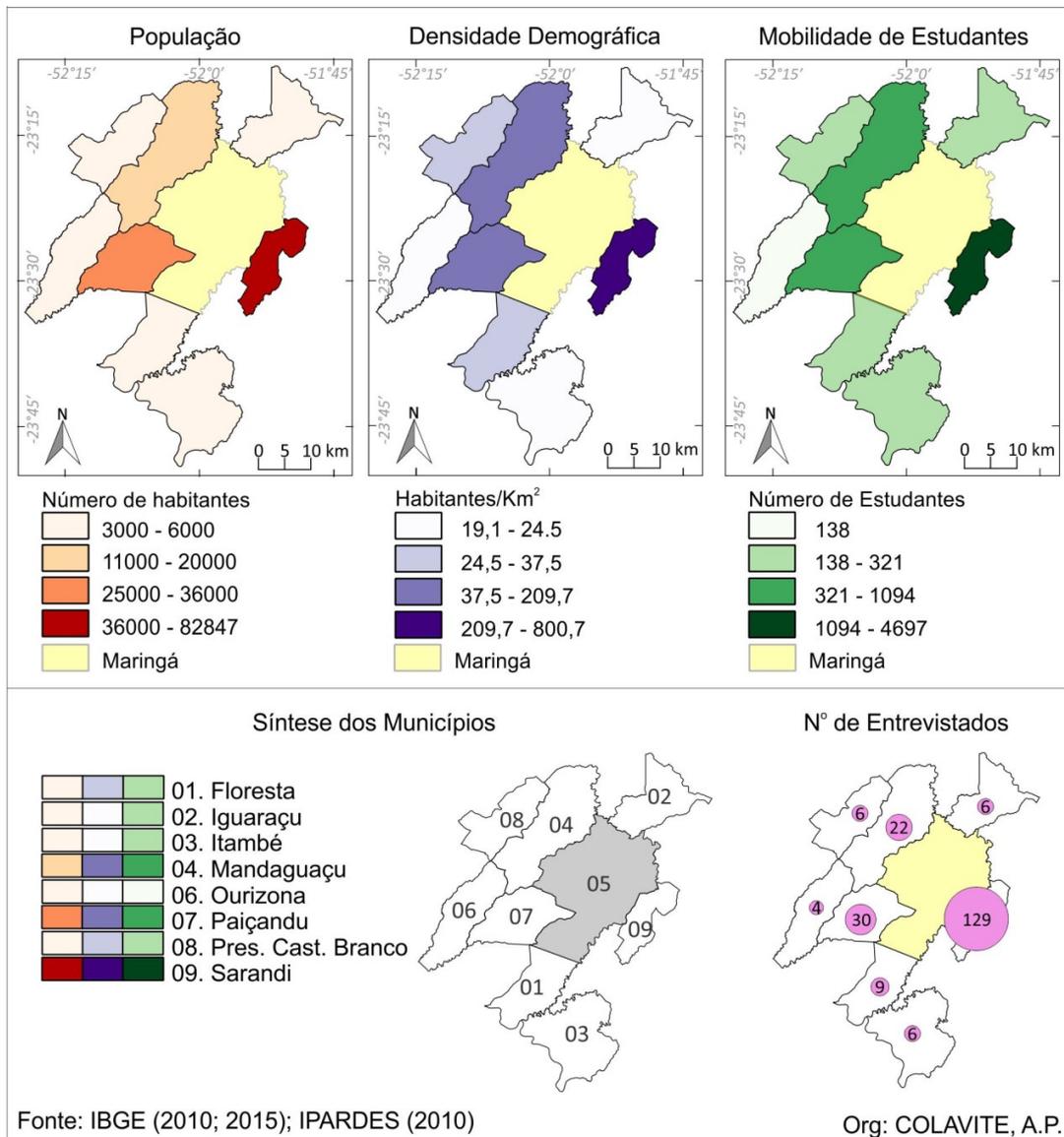


Figura 12: Arranjo Populacional de Maringá: relação entre a população e a mobilidade

A Figura 12 identifica a densidade demográfica dos municípios do Arranjo, sendo o de maior densidade o município de Sarandi e os de menores densidades Itambé, Iguaraçu e Ourizona. Expressa também a mobilidade estudantil dessa pesquisa e o número de entrevistados por município do Arranjo.

Percebe-se que a Figura 12 ressalta ao todo 206 entrevistas, contudo cabe mencionar que nem todos os entrevistados registraram o local de origem no questionário.

Cabe lembrar que as variáveis estudadas no Arranjo Populacional de Maringá, bem como as apresentações dos resultados do trabalho de campo, têm a ver com a realidade dos municípios que constituem o Aglomerado, marcado pelo detrimento educacional, especialmente no que remete ao ensino superior de qualidade. As informações, bem como os incentivos, são estímulos a Mobilidade Escolar e estão concomitantemente articulados com a realidade brasileira, cuja parcela significativa da população busca outras localidades para findarem seus estudos de nível superior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A legitimidade da Mobilidade Escolar encontra-se atrelada a inclusão social e a democratização da rede pública de ensino, buscando o fortalecimento dessa rede por meio de uma relação dialógica, especialmente por parte da população que habita os municípios do Arranjo Populacional de Maringá. Isso torna-se importante pelo fato de esses municípios não disporem de centros educacionais superiores, a não ser poucas instituições privadas que contemplam o Ensino a Distância- EAD.

Todavia, a Mobilidade Escolar está concomitantemente articulada às questões que tangem as Políticas Públicas Educacionais por parte do Governo Federal, que fortalecem o poder local pela dinâmica migratória e da mobilidade escolar e para o trabalho. Pensar nessa totalidade é entender a sociedade em exercício de sua cidadania no mundo do trabalho ao contribuírem para a transformação da vida dos indivíduos e a transformação do próprio espaço.

Assim, considera-se que o aumento das IES em Maringá, do fluxo estudantil e do mercado de trabalho fizeram com que a cidade desenvolvesse essa forte tendência de se afirmar como polo educacional e cultural e, com isso, desencadearam mudanças no espaço urbano.

O aumento das IES particulares atrelado a ampliação dos cursos têm atraído vestibulandos e estudantes de várias partes no Brasil. Considera-se que, para isso, são necessários serviços diversos, moradias, comércio, infraestrutura, áreas de lazer, os quais acarretam intensas transformações socioespaciais e econômicas na cidade. Assim, tais mudanças aferem que a mobilidade escolar se constitui parte do processo de produção do espaço urbano maringaense, uma vez que está inserida na dinâmica das relações sociais, econômicas e políticas que norteiam o então Aglomerado Urbano de Maringá.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. Produção liofilizada e a precarização estrutural do trabalho. In: SANT'ANA, Raquel et al. **O avesso do trabalho II: trabalho, precarização e saúde do trabalhador**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p.21- 40.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007, 85p.
- CAVAZOTTI, F. Um polo de ensino superior com 33 mil alunos. **Revista da Acim**. V.42, n.449. P. 14-18, OUT/2005.
- FENNER, A. F.; PAZ, L. A. O.; CAMERA, S. **Estado democrático de direito e as políticas públicas para educação: os caminhos para a concretização de direitos no Brasil**. Trabalho apresentado ao Salão do Conhecimento/19. Jornada de Pesquisa, Ijuí, 2014. Disponível em: <<https://www.publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaconhecimento/article/view/3727/3114>>. Acesso em: 18 dez. 2016.
- GHIZZO, Márcio R. **A mobilidade do consumo e a produção do espaço no aglomerado urbano de Maringá – PR**, Maringá, 2012.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1993.
- IANNI, Octávio. **A era do globalismo**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- IBGE. **Arranjos populacionais e concentrações urbanas do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 167 p. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/apps/arranjos_populacionais/2015/pdf/publicacao.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2016.

MARINGÁ. Prefeitura Municipal. Secretaria de Planejamento. **Plano Diretor de Maringá**. Maringá, 2000.

MEC. **O programa**. Brasília: Prouni, s. d. Disponível em: <<http://prouniportal.mec.gov.br/o-programa>>. Acesso em: 04 nov. 2016.

MOTA, Adeir Archanjo. **A Geografia do ensino superior de Maringá: a dinâmica regional e as transformações no espaço urbano**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá. PGE: Maringá, 2007.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação no futuro**. 2ª Ed. Brasília: Unesco, 2000.

NEVES, C. E. B.; RAIZER, L.; FACHINETTO, R. F. Acesso, expansão e equidade na educação superior: novos desafios para a política educacional brasileira. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 9, n. 17, p. 124-157, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n17/a06n17>>. Acesso em: 18 nov. 2016.

PINTO, J. M. R. Uma análise da destinação dos recursos públicos, direta ou indiretamente, ao setor privado de ensino no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v.37, n. 134, p-133-152, jan./mar. 2016.

POULANTZAS, Nicos. **As classes sociais no capitalismo de hoje**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar. 1978.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. 3ª Ed. São Paulo: Contexto. 1999.

SISFIES. **O que é o FIES**. MEC: Brasília, s. d. Disponível em: <<http://sisfiesportal.mec.gov.br/?pagina=fies>>. Acesso em: 03 dez. 2016.

STEINBERGER, M. **Território, Estado e políticas públicas espaciais**. Brasília: LER, 2013.

Enviado em 11/12/2019

Aceito em 02/07/2020